

CADERNO DE ENCARGOS

Cláusula 1.ª

Objecto

1. O presente Caderno de Encargos compreende as cláusulas a incluir no contrato a celebrar na sequência do procedimento pré-contratual que tem por objecto principal a prestação de serviços de aluguer de stands para a XXVIII Feira de Enchidos, Queijo e Mel de 29 de Julho a 6 de Agosto de 2017.
2. O referido evento irá realizar-se no parque das feiras de Vila de Rei.

Cláusula 2.ª

Contrato

1. O contrato é composto pelo respectivo clausulado contratual e os seus anexos.
2. O contrato a celebrar integra ainda os seguintes elementos:
 - a) Os suprimimentos dos erros e das omissões do Caderno de Encargos identificados pelos concorrentes, desde que esses erros e omissões tenham sido expressamente aceite pelo órgão competente para a decisão de contratar;
 - b) Os esclarecimentos e as rectificações relativos ao Caderno de Encargos;
 - c) O presente Caderno de Encargos;
 - d) A proposta adjudicada;
 - e) Os esclarecimentos sobre a proposta adjudicada prestados pelo adjudicatário.
3. Em caso de divergência entre os documentos referidos no número anterior, a respectiva prevalência é determinada pela ordem constante no ponto anterior.
4. Em caso de divergência entre os documentos referidos no n.º 2 e o clausulado do contrato e seus anexos, prevalecem os primeiros, salvo quanto aos ajustamentos propostos de acordo com o disposto no artigo 99.º do Código dos Contratos Públicos e aceites pelo adjudicatário nos termos do disposto no artigo 101.º desse mesmo diploma legal.

Cláusula 3.ª

Prazo da prestação de serviços

O contrato mantém-se em vigor até à conclusão da prestação de serviços, sem prejuízo das obrigações acessórias que devam perdurar para além da cessação do contrato.

Obrigações principais do fornecedor

1. Sem prejuízo de outras obrigações previstas na legislação aplicável, no presente Caderno de Encargos ou nas cláusulas contratuais, da celebração do contrato decorrem para o prestador de serviços o aluguer e a montagem dos stands e de todo o equipamento que consta em anexo.
2. O prestador de serviços fica obrigado a concluir o serviço identificado na sua proposta, que engloba o aluguer e a montagem, com as respectivas características, especificações e requisitos previstos, com a **conclusão com a antecedência mínima de 48 horas antes do início do evento.**
3. A título acessório, o prestador de serviços fica ainda obrigado, designadamente, a recorrer a todos os meios humanos, materiais e informáticos que sejam necessários e adequados à prestação do serviço, bem como ao estabelecimento do sistema de organização necessário à perfeita e completa execução das tarefas a seu cargo.
4. O prestador de serviços fica obrigado a apresentar todos os valores discriminados dos bens/serviços objeto da prestação de serviços.

Cláusula 5.ª

Prestação de serviços objecto do contrato

A prestação de serviços objecto do contrato deverá obedecer às características descritas no anexo ao Caderno de Encargos.

Cláusula 6.ª

Objecto do dever de sigilo

1. O fornecedor deve guardar sigilo sobre toda a informação e documentação, técnica e não técnica, comercial ou outra, relativa ao Município de Vila de Rei, de que possa ter conhecimento ao abrigo ou em relação com a execução do contrato.
2. A informação e a documentação cobertas pelo dever de sigilo não podem ser transmitidas a terceiros, nem objecto de qualquer uso ou modo de aproveitamento que não o destinado directa e exclusivamente à execução do contrato.
3. Exclui-se do dever de sigilo previsto a informação e a documentação que fossem comprovadamente do domínio público à data da respectiva obtenção pelo fornecedor ou que este seja legalmente obrigado a revelar, por força da lei, de processo judicial ou a pedido de autoridades reguladoras ou outras entidades administrativas competentes.

Prazo do dever de sigilo

O fornecedor deverá guardar sigilo quanto a informações que possa obter no âmbito da execução do presente contrato, por qualquer causa, do contrato, sem prejuízo da sujeição subsequente a quaisquer deveres legais relativos, designadamente, à protecção de segredos comerciais ou da credibilidade, do prestígio ou da confiança devidos às pessoas colectivas.

Cláusula 8.ª

Preço contratual

1. O Município de Vila de Rei deve pagar ao prestador de serviços o preço unitário do aluguer dos bens objeto da prestação de serviços constante da proposta adjudicada, podendo o valor total a pagar ser inferior à proposta, de acordo com a quantidade de bens utilizados no certame, acrescido de IVA à taxa legal em vigor, se este for legalmente devido.
2. O preço referido no número anterior não pode, em qualquer caso ser superior a 32.000,00€ (valor sem revisão de preços e sem IVA), cumprindo o disposto no Orçamento do Estado para 2017.
3. Critério de adjudicação: Mais baixo preço.
4. O preço referido no número 2 inclui todos os custos, encargos e despesas cuja responsabilidade não esteja expressamente atribuída ao contraente público, incluindo as despesas de alojamento, alimentação e deslocação de meios humanos, despesas de aquisição, transporte, armazenamento e manutenção de meios materiais bem como quaisquer encargos decorrentes da utilização de marcas registadas, patentes ou licenças.
5. Caso seja necessário a utilização de mais bens objeto da referida prestação de serviços, além dos mencionados no presente caderno de encargos, o preço a praticar por unidade deverá ser idêntico.

Cláusula 9.ª

Condições de pagamento

1. A quantia devida pelo Município de Vila de Rei, nos termos da cláusula anterior, deve ser paga no prazo máximo de 30 dias após a recepção pelo Município de Vila de Rei da respectiva factura, a qual só pode ser emitida após o vencimento da obrigação respectiva.
2. Em caso de discordância por parte do Município de Vila de Rei, quanto ao valor indicado na factura, deve este comunicar ao fornecedor, por escrito, os respectivos fundamentos, ficando o fornecedor obrigado a prestar os esclarecimentos necessários ou proceder à emissão de nova factura corrigida.

3. Desde que devidamente emitida e observado o disposto no n.º 1, a factura é paga através de cheque, emitido à ordem do fornecedor e enviado para a morada constante na factura, ou transferência bancária.

Cláusula 10.ª

Penalidades contratuais

1. Pelo incumprimento de obrigações emergentes do contrato, o Município de Vila de Rei pode exigir do prestador de serviços o pagamento de uma pena pecuniária cumulativa de montante a fixar em função do incumprimento, nos seguintes termos:

- a) Pelo incumprimento da conclusão com a antecedência mínima de 48 horas antes do início do evento, o valor correspondente a 15% do valor total dos serviços, por cada dia de atraso;
- b) Pelo incumprimento de parte da prestação de serviços, o valor correspondente a 100% do valor dos serviços a que respeita, por cada dia de atraso, acrescido dos eventuais prejuízos;
- c) Pelo incumprimento do prestador de serviços, pode o Município de Vila de Rei resolver o contrato, e exigir-lhe uma pena pecuniária até ao valor total da prestação de serviços a cujo incumprimento respeita exigir.

2. Em caso de resolução do contrato por incumprimento do prestador de serviços, o Município de Vila de Rei, pode exigir-lhe uma pena pecuniária até ao valor total do contrato.

3. Ao valor da pena pecuniária prevista no número anterior são deduzidas as importâncias pagas pelo prestador de serviços ao abrigo das alíneas a) e b) do n.º 1, relativamente aos serviços objecto do contrato cujo atraso na entrega tenha determinado a respectiva resolução.

4. Na determinação da gravidade do incumprimento, o Município de Vila de Rei tem em conta, nomeadamente, a duração da infracção, a sua eventual reiteração, o grau de culpa do prestador de serviços e as consequências do incumprimento.

5. O Município de Vila de Rei pode compensar os pagamentos devidos ao abrigo do contrato com as penas pecuniárias devidas nos termos da presente cláusula.

6. As penas pecuniárias previstas na presente cláusula não obstam a que o Município de Vila de Rei exija uma indemnização pelo dano excedente.

Força maior

1. Não podem ser impostas penalidades ao fornecedor, nem é havida como incumprimento, a não realização pontual das prestações contratuais a cargo de qualquer das partes que resulte de caso de força maior, entendendo-se como tal as circunstâncias que impossibilitem a respectiva realização, alheias à vontade da parte afectada, que ela não pudesse conhecer ou prever à data da celebração do contrato e cujos efeitos não lhe fosse razoavelmente exigível contornar ou evitar.
2. Podem constituir força maior, se se verificarem os requisitos do número anterior, designadamente, tremores de terra, inundações, incêndios, epidemias, sabotagens, greves, embargos ou bloqueios internacionais, actos de guerra ou terrorismo, motins e determinações governamentais ou administrativas injuntivas.
3. Não constituem força maior, designadamente:
 - a) Circunstâncias que não constituam força maior para os subcontratados do fornecedor, na parte em que intervenham;
 - b) Greves ou conflitos laborais limitados às sociedades do fornecedor ou a grupos de sociedades em que este se integre, bem como a sociedades ou grupos de sociedades dos seus subcontratados;
 - c) Determinações governamentais, administrativas, ou judiciais de natureza sancionatória ou de outra forma resultantes do incumprimento pelo fornecedor de deveres ou ónus que sobre ele recaiam;
 - d) Manifestações populares devidas ao incumprimento pelo fornecedor de normas legais;
 - e) Incêndios ou inundações com origem nas instalações do fornecedor cuja causa, propagação ou proporções se devam a culpa ou negligência sua ou ao incumprimento de normas de segurança;
 - f) Avarias nos sistemas informáticos ou mecânicos do fornecedor não devidas a sabotagem;
 - g) Eventos que estejam ou devam estar cobertos por seguros.
4. A ocorrência de circunstâncias que possam consubstanciar casos de força maior deve ser imediatamente comunicada à outra parte.
5. A força maior determina a prorrogação dos prazos de cumprimento das obrigações contratuais afectadas pelo período de tempo comprovadamente correspondente ao impedimento resultante da força maior.

Resolução por parte do Município de Vila de Rei

1. Sem prejuízo de outros fundamentos de resolução do contrato previstos na lei, o Município de Vila de Rei pode resolver o contrato, a título sancionatório, no caso de o fornecedor violar de forma grave ou reiterada qualquer das obrigações que lhe incumbem, designadamente nos seguintes casos:

- a) Incumprimento das obrigações contratuais.
2. O direito de resolução referido no número anterior exerce-se mediante declaração enviada ao fornecedor e não determina a repetição das prestações já realizadas, a menos que tal seja determinado pelo Município de Vila de Rei.

Cláusula 13.ª

Resolução por parte do fornecedor

1. Sem prejuízo de outros fundamentos de resolução previstos na lei, o fornecedor pode resolver o contrato quando:

- a) Qualquer montante que lhe seja devido esteja em dívida há mais de 6 meses;
2. O direito de resolução é exercido por via judicial.
3. Nos casos previstos na alínea a) do n.º 1, o direito de resolução pode ser exercido mediante declaração enviada ao Município de Vila de Rei, que produz efeitos 30 dias após a recepção dessa declaração, salvo se este último cumprir as obrigações em atraso nesse prazo, acrescidas dos juros de mora a que houver lugar.
4. A resolução do contrato nos termos dos números anteriores não determina a repetição das prestações já realizadas pelo fornecedor, cessando, porém, todas as obrigações deste ao abrigo do contrato.

Cláusula 14.ª

Foro competente

Para resolução de todos os litígios decorrentes do contrato fica estipulada a competência do Tribunal Administrativo de Castelo Branco, com expressa renúncia a qualquer outro.

Cláusula 15.ª

Subcontratação e cessão da posição contratual

A subcontratação pelo fornecedor e a cessão da posição contratual por qualquer das partes depende da autorização da outra, nos termos do Código dos Contratos Públicos.

Cláusula 16.ª

Comunicações e notificações

1. Sem prejuízo de poderem ser acordadas outras regras quanto às notificações e comunicações entre as partes do contrato, estas devem ser dirigidas, nos termos do Código dos Contratos Públicos, para o domicílio ou sede contratual de cada uma, identificados no contrato.
2. Qualquer alteração das informações de contacto constantes do contrato deve ser comunicada à outra parte.

Cláusula 17.ª

Contagem dos prazos

Os prazos previstos no contrato são contínuos, correndo em sábados, domingos e dias feriados.

Cláusula 18.ª

Legislação aplicável

Em tudo quanto for omissa no presente Caderno de Encargos, observar-se-á o disposto no C.C.P. (aprovado pelo Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de Janeiro), e restante legislação aplicável.

ANEXO

Stands modulares:

Stand com estrado – Medida 3m x 3m	75
Stand com estrado – Medida 6m x 3m	34
Stand com estrado para som DJ (Palco 3) – Medida 6m x 3m	1
Balcões frontais com entrada para stand 3m x 3m	4
Balcões frontais com entrada para stand 6m x 3m	8

	Stands 3m x 3m	Stands 6m x 3m
Linóleo para chão	4	12
Alcatifa cor a escolher	71	22

Lava-mãos accionados com pé	4
Lava-loiças	13

Descrição de stands geral:

Stand 3mx3m/ 6mx3m	Características técnicas
Estrutura	Paredes em placas de melamina branca em ambas as faces e estrutura em perfil de alumínio, barras e prumos de fixação para travamento.
Pavimento com estrado	Piso com colocação de estrado em perfil de alumínio tubular com medidas gerais de 152mm x 55mm com parede de 3mm; Pés do estrado telescópico em perfil de alumínio tubular com medidas globais de 93mm x 93mm com parede de 3.5mm, e interior do mesmo com 54mm x 54mm com parede de 5mm; Perfil de alumínio; Piso em placas de 1250mm x 1250mm em contraplacado marítimo de 21mm com anti derrapante; Regulável em altura; Sistema de regulação em cavilha de aço 1/4 de volta com

	acabamento zincado. Piso revestido a alcatifa industrial de cor a definir ou linóleo.
Instalação elétrica/iluminação	Instalação elétrica composta por quadro diferencial monofásico, disjuntores de protecção, tomada e 3 projectores de 100 watts.
Cobertura	Tecto em formato cónico.
Sistema de fecho	Fecho frontal em estore.
Letterings	Lettering para identificação do expositor.

A alcatifa de cor à escolha deverá ser assente com fita dupla face protegida com plástico transparente

A cobertura dos stands deverá ter em conta que, sendo Vila de Rei uma zona de muito vento, a sua instalação deve garantir a total segurança e funcionamento dos stands

A montagem dos stands tem de garantir a sua segurança, de construção, pelos meios tidos por convenientes, tendo em atenção a normal circulação do visitante e qualquer condição atmosférica que possa torna-los mais vulneráveis

O chão de todos os stands deverá ser de nível, usando os meios que ache por necessários garantindo a segurança e bom funcionamento dos stands de acordo com as características do terreno

Todos os stands deverão estar nivelados, e ser disponível a qualquer visitante ou ao próprio expositor aceder ao seu interior de forma adequada

Notas gerais para montagem:

Equipamento Elétrico: (sugerida segundo ano de 2016 adaptável conforme necessidades de espaço ou responsabilidade da empresa de forma a garantir o bom funcionamento elétrico do certame)

Quantidades	Características
13 (*)	Quadros Trifásico com protecção diferencial 4x40A 30 MA, entrada 5x32 - Saída 6 tomadas Shuck
100mt	Saída 32 Amperes trifásico Palco 3, com cabo 5x10mm ² , ficha 5x32 - 80 metros;

1	Armário geral de distribuição 160A, com saídas 2 - 5x63A + 3 - 5x32A
3	Quadros de distribuição 63A, com saídas 5x32A
1	Cabo de entrada de corrente 4x50
1	Terra de Protecção 30000MA
3	Saídas a 32A
3	Saídas a 63A
100mt	Cabo de Alimentação de stands 5x6
50mt	Cabo de Alimentação de tasquinhas 5x16
40mt	Cabo de Alimentação de stands 5x10

(*) São necessários apenas para 13 stands (4 talhos, 8 tasquinhas, 1 doçaria com forno)

Nota: As listagens finais, com mapas de localização e identificação dos stands com estrado, bem como a listagem com numeração e nome correspondente a cada stand, será enviada após a adjudicação. Das possíveis marcas referenciadas, solicitamos resposta às mesmas ou equivalentes. A proposta deverá apresentar todas as características referenciadas, ou caso não seja possível, equivalente ou superior.